



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

455
L

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003433-76.2014.8.17.0000 (0332116-6)

IMPETRANTE: ENSEADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO: ERICK CASTELO BRANCO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DE PERNAMBUCO E OUTROS
ADVOGADO: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ADJUDICAÇÃO. INÍCIO DAS OBRAS. ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRELIMINAR. PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO. 1. Ocorrendo a adjudicação do objeto da licitação com a assinatura do respectivo contrato e o início das obras, deve ser reconhecida a perda do interesse processual do impetrante que pretende anular o procedimento licitatório, extinguindo-se, por consequência, o mandado de segurança, sem resolução do mérito (20090020088558MSG, Relator Natanael Caetano, Conselho Especial, julgado em 27/10/2009, DJ 01/03/2010 p. 31) 2. Perda do objeto do feito, não restando, assim, qualquer interesse processual que justifique o exame meritório da impetração. 3. À unanimidade, extinguiu-se o processo, sem resolução de mérito, restando prejudicado o Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em JULGAR EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do voto e das notas taquigráficas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 18 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



452
✓

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003433-76.2014.8.17.0000 (0332116-6)

IMPETRANTE: ENSEADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO: ERICK CASTELO BRANCO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DE PERNAMBUCO E OUTROS
ADVOGADO: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Cuida-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, com valor atribuído à causa de R\$ 1.000,00, impetrado por ENSEADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. (fl. 02/23), inicialmente, na 4ª Vara da Fazenda Pública, posto que impetrado contra o PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - FRANCISCO JOSÉ DE ARAÚJO GENÇALVES-.

2. O impetrante aduziu ter participado do processo de licitação nº 017/2013, na modalidade de Concorrência nº 002/2013, na forma de execução indireta, tipo menor preço, regime de empreitada, cujo objeto era "os serviços de engenharia especializados em construção civil para elaboração do projeto executivo, execução de obras e serviços de engenharia para construção da Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE em Belo jardim, no Estado de Pernambuco".

3. Asseverou que fora inabilitada no processo de licitação através da decisão publicada no Diário Oficial de 21/08/2013, sob dois motivos: atestado em desacordo com o solicitado no edital, relativo às qualificações do Engenheiro Eletricista, e, apresentação de caução em valor abaixo ao exigido no Edital, que, aliás, fora alterado e informado via e-mail aos participantes, razão pela qual interpusera Recurso Administrativo, defendendo ter atendido a todas as formalidades do edital; julgado improcedente, porém.

4. Portanto, impetra o presente, contra o ato que a inabilitara, por excesso de formalismo, quanto ao atestado do Engenheiro Eletricista, aliado ao fato de que a alteração quanto ao valor exigido para a caução, era nula, restando pacífica a violação a direito líquido e certo de ser habilitada. Pleiteia, liminarmente, o sobrestamento do processo licitatório, ou, a suspensão da execução do contrato administrativo, com a empresa sagrada vencedora, qual seja, CINZEL ENGENHARIA LTDA., até julgamento de mérito, quando, será declarada habilitada. Acostou os documentos de fls. 24/235.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador



453
8

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

5. Às fls. 237/237v, o MM juiz da causa proferiu decisão, suspendendo o processo licitatório, pelo prazo de 10 dias, ou de eventual contrato já firmado, e determinou a notificação da autoridade dita coatora para prestar informações no prazo de 72h, a fim de apreciar o pedido liminar; e ainda determinou a emenda da inicial, para que fosse citado o licitante vencedor.
6. A notificação da suspensão do prazo foi recebida no dia 20/09/2013 (FL. 241/242).
7. O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE manifestou-se às fls. 243/248, e, liminarmente, informou que o Contrato Administrativo já teria sido assinado antes da impetração do Mandado de segurança, pelo SECRETARIO DE ESTADO DA SAUDE (Contrato nº 254/2013, fls. 289/317, com as assinaturas reconhecidas em 11/09/2013), decorrendo dali, a sua ilegitimidade passiva, bem como a incompetência absoluta do Juízo de 1º grau. Defendeu a ausência dos requisitos do art. 7º da lei 12.016/2009, defendendo que o ART apresentado não se coadunava com o item 13.5.3.2.2 do edital (execução de instalações elétricas em edificações hospitalares, institucionais ou comerciais), e, que a emenda do valor da garantia se deveu a erro de cálculo, porquanto, o valor estimado da licitação era de R\$ 8.149.422,54, e 1% correspondia a R\$ 81.49,23, e não R\$ 76.035,72 (fls. 356 e seguintes).
8. O Estado de Pernambuco, por sua vez, ofereceu suas razões, basicamente sob os mesmos fundamentos que o Presidente da Comissão de licitação.
9. O MM juiz a quo proferiu o despacho (fl. 433) determinando à impetrante a correção do pólo passivo, para fazer constar como litisconsorte o SECRETÁRIO DE SAÚDE DE PERNAMBUCO; que, após incluso (fl. 435), o MM Juiz a quo determinou a remessa dos autos a este Tribunal, em função do art. 61, I, letra g, da Constituição Estadual de Pernambuco. Inicialmente distribuído para a 3ª Câmara de Direito Público, veio-me concluso, em função do art. 24-A, inciso I do RITJPE.
10. É o relatório. Peço a inclusão do feito em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 28 de Maio de 2014
Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador



456

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003433-76.2014.8.17.0000 (0332116-6)

IMPETRANTE: ENSEADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO: ERICK CASTELO BRANCO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DE PERNAMBUCO E OUTROS
ADVOGADO: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

1. Analisando os autos, resta claro que o objeto do presente feito prejudicou-se, diante da efetivação da licitação, adjudicação e celebração do contrato, mesmo antes impetração, restando ausente qualquer interesse processual que justifique o exame meritório da impetração.

2. Ao que se extrai, e sobre o qual não à controvérsia, a CINZEL ENGENHARIA LTDA., celebrou o contrato a ela adjudicado, estando a cumprir o objeto do contrato referente ao Edital de Concorrência nº 017/2013.

3. Sobre o interesse de agir, o professor Humberto Theodoro Júnior ensina que:

"Por outro lado, as condições da ação devem existir no momento em que se julga o mérito da causa e não apenas no ato da instauração do processo. Quer isto dizer que, se existirem na formação da relação processual, mas desaparecerem ao tempo da sentença, o julgamento deve ser de extinção do processo por carência de ação isto é, sem apreciação do mérito.

[...]

Em suma, as condições da ação devem necessariamente se manifestar, não no momento da propositura da ação, mas, na ocasião de seu julgamento."

4. JOSÉ ORLANDO DE CARVALHO, citando JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, afirma que o interesse Processual "repousa sempre, a nosso ver, no binômio utilidade e necessidade: utilidade da providência judicial pleiteada, necessidade das vias que se escolhe para obter essa providência". (CARVALHO, José Orlando de Carvalho. Teoria dos pressupostos e dos requisitos processuais. Rio de Janeiro: Lumen júris, 2005.)

5. Sobre o tema, também leciona NELSON NERY JÚNIOR, "condições da ação, vale dizer, as condições para que seja proferida sentença sobre a questão de fundo (mérito), devem vir preenchidas quando da propositura da


Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

457
~

ação e devem subsistir até o momento da prolação da sentença. Presentes quando da propositura, mas, eventualmente ausentes no momento da prolação da sentença, é vedado ao juiz pronunciar-se sobre o mérito, já que o autor não tem mais direito de ver a lide decidida". (NERY JÚNIOR, Nélson. As condições da ação. In: Revista de Processo, RT, 42 (1986): 200 e ss., São Paulo)e (TJPR - 5ª CC - Acórdão nº 23861 - Rel. Des. Rosene Arão de Cristo Pereira - J. em 24.03.2009)

6. A propósito, trago à colação o seguintes julgado:

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ADJUDICAÇÃO. INÍCIO DAS OBRAS. ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRELIMINAR. PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO. Ocorrendo a adjudicação do objeto da licitação com a assinatura do respectivo contrato e o início das obras, deve ser reconhecida a perda do interesse processual do impetrante que pretende anular o procedimento licitatório, extinguindo-se, por consequência, o mandado de segurança, sem resolução do mérito (20090020088558MSG, Relator Natanael Caetano, Conselho Especial, julgado em 27/10/2009, DJ 01/03/2010 p. 31)

7. E ainda, a orientação da Corte Superior de Justiça:


"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ADJUDICAÇÃO OCORRIDA HÁ MAIS DE DOIS ANOS. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO. 1. A jurisprudência desta Corte considera inviável mandado de segurança, por perda de objeto, se no processo licitatório já ocorreu a adjudicação do contrato. Precedentes" (REsp 1097613 / RJ, DJe 04/08/2009, Ministra ELIANA CALMON).

RECURSO ORDINÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - PERDA DO OBJETO - FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL DO RECORRENTE - RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. A perda do objeto do mandado de segurança implica a falta de interesse recursal do Recorrente e a extinção do processo. Precedentes. 2. Recurso não conhecido." (STJ - RMS nº 17.596/AC - 6a Turma - rel.: Min. Paulo Medina - DJU 01.08.2005 - pg. 557)

8. A verdade é que a pretensão da impetrante era, em última análise, ver inabilitada a terceira, no processo de licitação, que, pela informação acostada aos autos, parece ter findado.

9. O direito da impetrante limitar-se-á a eventual responsabilização por perdas e danos, tal qual estipula a legislação atual:

Art. 19. A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.


Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

458

10. Despido de utilidade o pronunciamento judicial pretendido no mandado de segurança, com a ausência do interesse de agir e, por conseguinte, carência de ação, impõe-se a extinção do processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

11. POR TODO O EXPOSTO, VOTO POR EXTINGUIR O PROCESSO, sem resolução de mérito, à ausência de interesse processual (interesse-utilidade), na conformidade do disposto no art. 6º, § 5, da Lei nº 12.016/2009 c/c art. 267, VI, do CPC, e, considerando a orientação firmada pelo STJ.

Recife, 18 de JUNHO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator